

**EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS
EM 50 ANOS (1972 – 2022)**

François E. J. de Bremaeker

Maricá, agosto de 2023

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS EM 50 ANOS (1972 – 2022)

François E. J. de Bremaeker

Economista e Geógrafo

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo

Presidente do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ) de 2012 a 2019

bremaeker@gmail.com

O estudo tem por objetivo analisar as diferenças ocorridas nas despesas de algumas funções por parte dos Municípios ao longo de 50 anos.

Os dados utilizados no estudo, referentes ao ano de 1972, foram originados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para o então Ministério do Planejamento em 1973, através da aplicação de um amplo questionário aplicado através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todos os Municípios do país.

Os dados de 2022 constam da base de dados FINBRA da Secretaria do Tesouro Nacional, disponibilizados em meio eletrônico.

Os resultados da pesquisa realizada em 1973 foram publicados sob o título: “Municípios do Brasil – 15 anos depois”. Este era um segundo levantamento realizado pelo IBAM, vez que a pesquisa anterior foi realizada em 1958.

As bases de dados são completamente distintas. Em 1973 existiam 3.950 Municípios. Em 2022 este número passou a ser de 5.568. Sabe-se que as bases de dados não permitem uma exata comparação no tocante à população de cada unidade, sendo utilizada para fins de estudo as populações de cada ano, agregados segundo grupos de habitantes, formando uma base de comparação primitiva, mas que dá uma ideia da situação nos diferentes períodos, vez que os dados foram digitados numa base de dados pelo Observatório de Informações Municipais. Na época (1972) o gestor do Observatório era funcionário do Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM.

A partir da tabulação para a distribuição regional precisou ser adaptada, vez que o Estado de Goiás, situado na região Centro-oeste, foi dividido, surgindo o Estado do Tocantins, que passou a fazer parte da região Norte. O Estado do Mato Grosso também foi dividido, passando a existir o Estado do Mato Grosso do Sul, ambos fazendo parte da mesma região.

No momento em que se observa o comportamento dos dados em relação ao porte demográfico dos Municípios, verifica-se que existem significativas diferenças entre eles, ao mesmo tempo em que é possível constatar uma íntima relação entre as tendências apresentadas para a despesa total.

Vale à pena observar que os dados serão apresentados segundo valores relativos, para as regiões e para os grupos de habitantes, como forma de melhor expressar a realidade municipal brasileira em cada período.

Para fins de comparação dos dados, e mostrar as grandes diferenças de prioridades dos Municípios serão realizadas comparações entre as funções educação e cultura (em 1972 estas funções não estavam separadas), saúde e urbanismo.

A escolha destas funções se deve ao fato de serem as duas primeiras regidas por obrigações constitucionais que não existiam à época.

Na área da educação a Emenda à Constituição nº 24 / 1983, estabelecia a aplicação mínima de 25% da renda resultante dos impostos municipais na manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 1988 a Constituição Federal estabelecia a aplicação mínima de 25% da renda dos impostos e das transferências constitucionais.

Na área da saúde a Emenda à Constituição nº 29 / 2000, estabelecia a aplicação mínima de 15% da renda dos impostos e das transferências constitucionais para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O que se verificou na comparação das despesas municipais realizadas em 1972, ano em que ainda não existiam as obrigações constitucionais de gastos, e em 2022 foi uma drástica mudança nas aplicações de recursos nestas três funções. Para fins de comparação, em 2022 foram somados à função educação as despesas realizadas na função cultura.

As despesas por função segundo as regiões

Em 1972 as despesas na **função urbanismo**, que englobam os cuidados com as ações de infraestrutura e serviços urbanos, representavam mais de uma quarta parte das despesas totais dos Municípios (27,41%).

Naquele ano a população urbana representava 56% do total da população brasileira, ou seja, de pessoas que viviam em cidades (sede de Município) e vilas (sede de Distrito), segundo o critério político-administrativo. Em 2010 esta população chegava a 84,36% do total, devendo estar próxima dos 90% em 2022.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Em 2022 as despesas com a função urbanismo representavam tão somente 9,89% do total das despesas municipais, representando uma redução de 17,52 pontos percentuais em relação ao ano de 1972.

Os resultados do Censo Demográfico de 2022 mostram que 64,1% da população brasileira reside em aglomerações urbanas com população superior a 100 mil habitantes.

Na região Sudeste, a mais urbana do país, as despesas na função urbanismo representavam 40,89% do total das despesas em 1972, tendo reduzida esta participação em 31,11 pontos percentuais em 2022.

Em relação à função **educação e cultura**, o conjunto dos Municípios brasileiros aplicava 14,82% dos seus recursos em 1972 e 26,76% em 2022, apresentando um crescimento de 11,94 pontos percentuais no período.

Os Municípios da região Nordeste eram os que mais aplicavam recursos na função educação e cultura em 1972 (20,00%), continuando a ser os que mais aplicam recursos nas funções em 2022 (34,06%), representando um aumento de 14,06 pontos percentuais no período.

Mas, a região que apresenta o maior crescimento no período de despesas nas funções educação e cultura é a Norte, com uma diferença de 17,96 pontos percentuais.

Em relação à função **saúde**, o conjunto dos Municípios do país aplicava 5,67% dos seus recursos em 1972 e 25,49% em 2022, apresentando um crescimento de 19,82 pontos percentuais no período.

Os Municípios da região Nordeste eram os que mais aplicavam recursos na função saúde em 1972 (6,42%), passando a ser os terceiros que mais aplicam recursos na função em 2022 (24,81%), representando um aumento de 18,39 pontos percentuais no período.

Mas, a região que apresenta o maior crescimento de despesas no período na função saúde é a Centro-oeste, com uma diferença de 25,65 pontos percentuais.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

TABELA 1

**PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL MUNICIPAL DAS FUNÇÕES
EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE E URBANISMO
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES
BRASIL – 1972 E 2022**

(%)

BRASIL e GRANDES REGIÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA		SAÚDE		URBANISMO	
	1972	2022	1972	2022	1972	2022
BRASIL	14,82	26,76	5,67	25,49	27,41	9,89
Norte	14,23	32,19	0,90	22,38	18,96	11,70
Nordeste	20,00	34,06	6,42	24,81	25,17	9,63
Sudeste	10,89	23,95	5,33	26,43	40,89	9,78
Sul	16,77	23,25	5,03	24,99	19,417	8,94
Centro-oeste	12,95	24,60	1,30	26,95	23,72	11,37

FONTES: IBAM / Ministério do Planejamento / IBGE – 1972.
Secretaria do Tesouro Nacional – 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker.

As despesas por função segundo os grupos de habitantes

Em 1972 os grupos que mais aplicavam recursos na função **urbanismo** eram aqueles com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes (37,41%), seguido pelo grupo com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (33,20%) e o grupo com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (32,77%). Ainda com uma participação acima dos 30% se encontrava o grupo com população entre 200 mil e 500 mil habitantes (31,56%).

Por incrível que possa parecer, estes grupos estão entre aqueles que menos aplicam recursos na função em 2022: 27,95 pontos percentuais a menos para o grupo com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes; 23,34 pontos percentuais a menos para aqueles com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes; 22,86% pontos percentuais a menos para o grupo com população entre 50 mil e 100 mil habitantes; e 21,71 pontos percentuais a menos para o grupo com população entre 200 mil e 500 mil habitantes.

Em 1972 os grupos que mais aplicavam recursos na função **educação e cultura** eram aqueles com população até 2 mil habitantes (17,34%), seguido pelo grupo com população entre 10 mil e 20 mil habitantes (17,10%) e o grupo com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (16,99%). Ainda com uma participação acima dos 16% se encontrava o grupo com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (16,52%).

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Em 2022 três grupos se destacam pela aplicação de mais de 30% de seus recursos nas funções educação e cultura: são aqueles com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (com um crescimento de 16,29 pontos percentuais no período); o grupo com população entre 10 mil e 20 mil habitantes (com um crescimento de 14,98 pontos percentuais no período); e o grupo com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (com um crescimento de 14,38 pontos percentuais no período).

Em 1972 os grupos que mais aplicavam recursos na função **saúde**, eram aqueles com maior população: entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (7,60%), seguido pelo grupo com população acima de 5 milhões de habitantes (6,85%) e o grupo com população entre 1 milhão e 5 milhões de habitantes (6,85%).

Em 2022 o grupo que se destaca pela aplicação de mais de 25% de seus recursos na função saúde é aquele com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (com um crescimento de 18,38 pontos percentuais no período). Três grupos apresentam gastos acima de 24%; 5 grupos acima de 23%; um grupo acima de 22%.O grupo com população acima de 5 milhões de habitantes se afasta dos demais com gasto de apenas 18,68%.

TABELA 2

**PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL MUNICIPAL DAS FUNÇÕES
EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE E URBANISMO
SEGUNDO OS GRUPOS DE HABITANTES
BRASIL – 1972 E 2022**

BRASIL e GRANDES REGIÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA		SAÚDE		URBANISMO	
	1972	2022	1972	2022	1972	2022
BRASIL	14,82	26,76	5,67	25,49	27,41	9,89
até 2	17,34	19,48	3,65	22,24	9,20	9,26
2 I-- 5	14,81	24,65	4,88	23,04	6,34	9,80
5 I— 10	12,64	29,14	3,79	23,55	22,82	11,68
10 I—20	17,10	32,08	3,76	23,29	20,64	19,12
20 I—50	16,52	32,81	3,08	23,36	29,68	10,04
50 I-- 100	16,99	31,37	3,48	23,86	32,77	9,91
100 I—200	15,55	27,18	3,24	24,41	28,98	10,31
200 I—500	10,22	25,63	0,27	24,09	31,56	9,85
500 I—1000	15,91	21,22	7,60	25,98	33,20	9,86
1000 I—5000	10,47	20,34	5,56	24,41	37,41	9,46
5000 e mais	14,61	21,27	6,85	18,68	22,75	8,89

FONTES: IBAM / Ministério do Planejamento / IBGE – 1972.

Secretaria do Tesouro Nacional – 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS: François E. J. de Bremaeker.

Conclusão

É nítida a influência das obrigações constitucionais na alteração das despesas por função dos Municípios neste período de 50 anos.

Enquanto as despesas nas funções educação, cultura e saúde aumentaram sua participação em 31,76 pontos percentuais (passando de 20,49% em 1972 para 52,25% em 2022), as despesas com a função urbanismo despencaram 17,60 pontos percentuais, passando de 27,41% em 1972 para 9,89% em 2022.

Estas mudanças levam, indiscutivelmente, a uma maior dificuldade por parte dos Municípios de acompanhar o processo de crescimento físico das suas áreas urbanas em termos de serviços urbanos e obras de infraestrutura, situação que se reflete no mais das vezes numa sensação de abandono das suas áreas periféricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREMAEKER, François E. J. de. **As receitas municipais em 2022**. Observatório de Informações Municipais. (www.informacoesmunicipais.com.br). Maricá, 2023. 16p.

----- . **As despesas municipais segundo as funções em 2022**. Observatório de Informações Municipais. (www.informacoesmunicipais.com.br). Maricá, 2023. 27p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Municípios do Brasil – 15 anos depois**. Centro de Pesquisas Urbanas. Rio de Janeiro, 1975. 128p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Coleta de Dados Contábeis – FINBRA 2022**. Brasília, 2023.

François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo
- Gestor do Observatório de Informações Municipais
- Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo
- Foi membro do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), desde 2010, sendo eleito Presidente entre 2012 e 2019
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado)
- Foi consultor da Associação Transparência Municipal de agosto de 2008 a outubro de 2013
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Consultor da Associação Brasileira de Prefeituras (ABRAP)
- Consultor-palestrante da Oficina Municipal
- Sócio-Benemérito da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, recebendo os prêmios de DESTAQUE ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol dos legislativos municipais e em 2003, pelo trabalho desenvolvido em defesa do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- Foi articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- Foi articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP)
- Tem artigos publicados em diversos veículos de comunicação e sítios na Internet
- Foi membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR), representando a Associação Transparência Municipal
- Participou em reunião do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade
- Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ) de 2010 a 2012, quando o Conselho foi desativado
- Foi Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), representando a Associação Transparência Municipal